



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVIDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

KEDSON BENIFICIO DE OLIVEIRA

O (RÉ)ENCONTRO COM A ESCOLA

PICOS, PI

2017

KEDSON BENIFICIO DE OLIVEIRA

O (RÉ)ENCONTRO COM A ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia para aprovação em disciplina Prática e Pesquisa III – TCC. Para a obtenção do título de licenciado, apresento à Universidade Federal do Piauí sob orientação da Prof. Dr^a Maria Alvenir Barros Vieira.

PICOS - PI

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

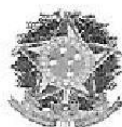
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

O482e Oliveira, Kedson Benificio de
O (ré)encontro com a escola) / Kedson Benificio de
Oliveira– 2018.
CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (40 f.)
Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em
Pedagogia) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2019.

Orientador(A): Profª Drª Maria Alvenir Barros Vieira -
UFPI.

1. Educação. 2. Trajetórias. 3. Reflexão. I. Título.

CDD 374. 012



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos vinte e quatro (24) dias do mês de novembro de 2017, às 15h, na sala 827, da Universidade Federal do Piauí, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a defesa de Monografia de **Kedson Benício de Oliveira** sob o título "O (ré) encontro com a escola".

Banca constituída pelos (as) professores (as):

Drª. Maria Alveni Barros Vieira	Orientadora
Me. Jaaziel de Carvalho Costa	Examinador
Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho	Examinadora

Deliberou pela APROVAÇÃO do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe média aritmética de 8,5.

Picos (PI) 24 de novembro de 2017.

Orientador: Maria Alveni Barros Vieira
Examinador: Jaaziel de Carvalho Costa
Examinadora: Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pela permissão, foi ele quem me deu a força e a inteligência necessária para estar agora concluindo mais um ciclo novo da minha vida.

A vida é uma bela arte e nela está inserida o meu amor por meus Pais – Balduino José da Silva e Maria do Socorro Silva Benício - o apoio e o amor que me dão são aspectos importantes para mim.

À Profª Drª Maria Alvenir Barros Vieira por sua atenção, dedicação e carinho como orientadora deste trabalho e pela amizade e credibilidade do meu empenho para a produção da minha pesquisa, ela me deu oportunidade de crescimento e aprendizado. Muito obrigado.

Os amigos que se fazem presente, em especial minha querida amiga Elane Ferreira, que tanto me incentivou e contribuiu para o meu crescimento como amigo e estudante, e a todos por fazerem parte da minha vida e da minha caminhada por isso gostaria de agradecer também meus estimados amigos.

E concluir dizendo que Deus é a força da minha vida e da vida de cada um de nós, sem ele e a sua permissão as coisas não chegam e não acontecem.

Dedico este estudo a meus Pais, pelo apoio e incentivo. E, a Prof^a Dr. Alveni Barros pelo carinho e dedicação.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.”

(Paulo Freire)

OLIVEIRA, K. B. O (RÉ)ENCONTRO COM A ESCOLA. Monografia apresentada ao curso de Pedagogia. Universidade Federal do Piauí, UFPI. p 46. 2017

RESUMO

Este trabalho trata da temática da importância da Educação de Jovens e Adultos através das histórias de vida. Nos dias atuais, o entendimento que se tem da Educação de Jovens e Adultos encontra-se imerso em um universo de críticas em relação as práticas de avaliação da aprendizagem, a improvisação de professores para essa modalidade de ensino, os conteúdos programados e o material didático, entre outras. Tendo como problemática da pesquisa: qual o perfil dos alunos da EJA? Quais as razões que os conduziram para essa modalidade de ensino escolar? Quais as perspectivas de continuidade dos estudos escolares? A esse respeito, o presente estudo objetiva conhecer a trajetória de vida escolar de alunos que não tiveram a oportunidade de participar do processo de escolarização formal em idade considerada apropriada. Especificamente, intencionamos: situar, historicamente, o estabelecimento de uma idade oficial para a escolarização de crianças no Brasil e no Piauí, identificar o perfil do alunado que frequenta a EJA no Brasil e no Piauí, reconstituir a trajetória de vida de alunos da EJA, buscando compreender as razões promovedoras de uma escolarização tardia e verificar as perspectivas de prosseguimento nos estudos escolares. A pesquisa realizada através da coleta das narrativa de histórias de vida que nos foram narradas pelos sujeitos da nossa investigação caracterizam-se como um relato de experiência cuja reflexão foi possível construir buscando o apoio em obras escritas por sociólogos e historiadores. Busca-se contribuir para um novo modelo de Educação de Jovens e Adultos, com a pretensão da valorização dessa modalidade de educação.

PALAVRAS – CHAVES: EDUCAÇÃO. TRAJETÓRIAS. REFLEXÃO.

OLIVEIRA, K. B. THE (RÉ) MEET WITH THE SCHOOL. Monograph presented to the Pedagogy course. Federal University of Piauí, UFPI. p 46. 2017

RESUME

This work deals with the theme of the importance of Youth and Adult Education through life history. Nowadays, our understanding of Youth and Adult Education is immersed in a universe of criticism regarding the practices of evaluation of learning, improvisation of teachers for this modality of teaching, programmed content and didactic material, among others. Having as a research problem: what is the profile of the students of the EJA ¿What are the reasons that led them to this modality of school education ¿What are the perspectives of continuity of the school studies? In this respect, the present study aims to know the trajectory of school life of students who did not have the opportunity to participate in the process of formal schooling at an appropriate age. Specifically, we intend to: establish, historically, the establishment of an official age for the schooling of children in Brazil and in Piauí, to identify the profile of the student who attends the EJA in Brazil and Piauí, to reconstruct the life trajectory of EJA students, seeking to understand the reasons that promote late schooling and to verify the prospects of continuation in school studies. The research conducted through the collection of narratives of life stories that were narrated to us by the subjects of our investigation are characterized as an experience report whose reflection was possible to build seeking support in works written by sociologists and historians. It seeks to contribute to a new model of Youth and Adult Education, with the pretension of valuing this type of education.

KEY WORDS: EDUCATION. TRAJECTORY. REFLECTION.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
2 – CAPÍTULO PRIMEIRO: A escola negada.....	13
2.1 – Educação ou escolarização de jovens e adultos?.....	13
2.2 – O (des)cumprimento da obrigatoriedade do direito à educação na idade certa.....	16
2.3 – Condições históricas e sociais que produziram e fazem permanecer a necessidade da educação de jovens e adultos em nosso País.....	19
CAPÍTULO SEGUNDO: Uma escola negada a quem?.....	23
3.1 – Quem é o analfabeto brasileiro.....	23
3.2 – Analfabetismo no Piauí.....	25
Tabela 01: Evolução da Taxa de Analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade.....	26
Tabela 02: Pessoas de 15 anos ou mais de idade, total, alfabetizadas e não alfabetizadas, segundo os municípios com maior número de não alfabetizados Brasil – 2010.....	26
3.3 – O Programa de Educação de Jovens e Adultos no Piauí.....	27
CAPÍTULO TERCEIRO: Narrativas de alunos da EJA no Piauí.....	31
4.1 – Os sujeitos dessa história.....	31
4.2 – A infância longe da casa.....	32
4.3 – O ingresso e o abandono da escola.....	33
4.4 – O retorno à escola e as perspectivas de continuidade.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS	43

INTRODUÇÃO

No marco das sociedades contemporâneas, a escolarização da população em uma faixa etária considerada adequada pelos poderes públicos faz parte dos deveres e dos direitos à educação dos cidadãos. Na sociedade brasileira, por exemplo, o ingresso de meninos e meninas no sistema escolar devem acontecer a partir dos 4 (quatro) anos de idade, segundo a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE)\ Conselho da Educação Básica (CEB) Nº 5/2009 art. 5º, § 2º, é obrigatória a matrícula na educação infantil de crianças que completam 4 (quatro) ou 5 (cinco) anos até 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula. Conseqüentemente, outra Resolução do CNE\CEB, nº 05\2009 estabelece que a criança deve ser matriculada a partir de 6 (seis) anos completos até o dia 31 de março do ano da matrícula.

No entendimento das autoridades políticas dirigentes, dos grupos de pessoas envolvidas em órgãos não governamentais e de grande parte dos educadores brasileiros, a escolarização dos sujeitos na faixa etária oficial traria inúmeros benefícios às pessoas (e ao Estado) como maior participação no mercado de trabalho, retardamento do matrimônio precoce, redução da pobreza, melhor alimentação, melhor saúde, maior longevidade. (UNESCO, 2015). Todavia, os índices de analfabetismo no Brasil entre uma população de jovens acima dos 15 (quinze) anos de idade ainda é grande, além do alto número de crianças e jovens que por algum motivo abandonam a escola no meio da trajetória. A maioria absoluta que compõem os índices de evasão, repetência e abandono escolar, pertencem às classes populares.

Contornar essa situação, é pré-requisito para que o Brasil possa ser visto no cenário internacional como uma nação bem desenvolvida, nesse sentido a erradicação do analfabetismo e aumento dos anos de escolaridade da população, tornam-se metas prioritária dos governos. Embora tardiamente, desde a segunda metade do século XX vão se configurando políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a exemplo do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL, 1967), Ensino Supletivo (1971), Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (1985), Plano Decenal de Educação Para Todos (1993), Programa Alfabetização Solidária (1997) e Brasil Alfabetizado (2004).

Nos dias atuais, o entendimento que se tem da Educação de Jovens e Adultos encontra-se imerso em um universo de críticas em relação as práticas de avaliação da aprendizagem, a improvisação de professores para essa modalidade de ensino, os conteúdos programados e o material didático, entre outras. Parte dessas críticas foram por nós discutidas e analisadas na disciplina curricular Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos do curso de Pedagogia da

Universidade Federal do Piauí\Picos, sob a orientação da professora Isabel Orquiz. Vem daí o nosso interesse pela temática, além do fato de buscar a compreensão a partir dessa modalidade pelos alunos pertencentes à Colônia do Piauí. Entretanto, a vontade de fazer uma investigação sobre a temática pelo viés da História da Educação, nos impulsionou a procurar as orientações da professora Alveni Barros.

Assim, escolhemos como temática desta pesquisa a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto brasileiro atual, estabelecendo um conjunto problemáticas por nós elaborado no transcurso da disciplina supracitada, a saber: qual o perfil dos alunos da EJA? Quais as razões que os conduziram para essa modalidade de ensino escolar? Quais as perspectivas de continuidade dos estudos escolares?

Em consonância com as questões por nós elencadas, apresentamos como objetivo geral conhecer a trajetória de vida escolar de alunos que não tiveram a oportunidade de participar do processo de escolarização formal em idade considerada apropriada. Especificamente, intencionamos:

- ✓ Situar, historicamente, o estabelecimento de uma idade oficial para a escolarização de crianças no Brasil e no Piauí;
- ✓ Identificar o perfil do alunado que frequenta a EJA no Brasil e no Piauí;
- ✓ Reconstituir a trajetória de vida de alunos da EJA, buscando compreender as razões promovedoras de uma escolarização tardia e verificar as perspectivas de prosseguimento nos estudos escolares.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, escolhemos como caminho metodológico a abordagem qualitativa e utilizamos as histórias de vida orais como instrumento de investigação. Segundo Silva (2010), a história oral de vida trata da narrativa das experiências vivenciadas por uma pessoa cuja trajetória é significativa para a compreensão de práticas educativas situadas em determinados períodos históricos. Nesse trabalho a trajetória da vida escolar dos sujeitos foram registradas e analisadas em conformidade aos eventos históricos ocorridos na época. Seguimos as orientações da autora, quando esta afirma que o procedimento fundamental para a construção dos dados na história oral de vida é a entrevista.

Por se tratar de uma pesquisa inicial, estabelecemos como sujeitos da pesquisa apenas 02 (duas) pessoas, escolhidas a partir dos seguintes critérios: serem alunos da EJA, um representante do sexo feminino e outro do sexo masculino, residirem na mesma região do pesquisador, ou seja, Colônia do Piauí e terem disponibilidade para participar das entrevistas.

Consolidadas as escolhas e agendados os dias, locais e horários das entrevistas, fez-se o uso de um formulário com 22 (vinte e duas) questões semiestruturadas. A escolha pela modalidade de *entrevista semiestruturada* fundamenta-se nas afirmações de Barros e Lehfeld (2000), de que esse instrumento possibilita um diálogo mais flexível com o entrevistado, além do levantamento de dados que possam ser utilizados em análise qualitativa, e a seleção dos aspectos mais relevantes de um problema de pesquisa. Chizzotti (2005), acrescenta que as entrevistas expressam as representações subjetivas dos participantes, possibilitando intervenções do pesquisador em sua realidade ou ações transformadoras mediante questões problemáticas.

Para as entrevistas com os sujeitos da pesquisa as perguntas foram organizadas em 3 (três) eixos norteadores: A infância longe da escola; O ingresso e o abandono da escola; O retorno à escola e as perspectivas de continuidade.

Os dados foram coletados por meio das entrevistas foram registrados com o uso do celular e transcritos, posteriormente, conforme consentimento dos participantes. Todavia, para preservar suas identidades, cuidamos em identifica-los no desenvolvimento do trabalho pelos codinomes de *aluno 1* e *aluna 2*. Assim, suas falas registradas nas análises estarão sempre reconhecidas por tal identificação.

As histórias de vida que nos foram narradas pelos sujeitos da nossa investigação caracterizam-se como um relato de experiência cuja reflexão foi possível construir buscando o apoio em obras escritas por sociólogos e historiadores como exemplo Líbano, Sousa - que investigaram as características políticas, econômicas, sociais e culturais brasileiras nas década de 1960 e 1970, período da história em que nossos entrevistados vivenciaram a infância e meninice - como Almeida (1989) Oliveira (1985). Já as questões pertinentes ao período atual de suas experiências escolares na EJA, buscamos suporte nas obras de autores como Pinto (1994), Prado (2000) e Collelo (2004). Importa ressaltar, que para a construção dos dois primeiros capítulos da pesquisa fizemos uso da pesquisa bibliográfica e documental. Como será possível constatar, através da leitura dos mesmos.

O trabalho encontra-se estruturado em 3 (três) capítulos, cujos conteúdos foram organizados em atendimento aos objetivos previamente estabelecidos. Assim, no primeiro capítulo intitulado *A escola negada* procuramos, inicialmente estabelecer uma diferenciação de termos entre a Educação de Jovens e Adultos e a Escolarização de Jovens e Adultos, em seguida apresentamos o contexto histórico educacional em que a idade de meninos e meninas foi definida como temporalidade escolar. Na última parte deste capítulo discutimos algumas representações do analfabetismo em diferentes contextos da história da educação brasileira.

O segundo capítulo - *Uma escola negada para quem?* - traz na sua parte inicial o perfil do sujeito analfabeto no Brasil com base nos dados oficiais de órgãos como o Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF). Na parte seguinte são discutidos os índices de analfabetismo no Piauí e a partir deles o delineamento do perfil do analfabeto nesse estado. No fechamento do capítulo, é apresentado um perfil socioeconômico do alunado da EJA, procurando relacionar a história do analfabetismo no Brasil com a história da Educação de Jovens e Adultos que não conseguiram ingressar na vida escolar em idade considerada oficialmente adequada.

No terceiro capítulo, *Narrativas dos alunos da EJA*, é registrada as falas dos sujeitos das nossas entrevistas organizadas em três eixos norteadores, como já explicitado nessa introdução: a infância longe da escola; o ingresso e o abandono da escola; o retorno à escola e as perspectivas de continuidade. Neste capítulo a dinâmica de apresentação consistiu em intercalar as narrativas com as análises sócio históricas dos fatos contados.

Embora esta seja uma investigação de iniciação científica, realizada como requisito da graduação em Pedagogia, ousamos afirmar que, a forma de tratamento metodológico e o viés histórico social de análise das narrativas possam contribuir, de alguma forma, para os trabalhos que se propõem investigar a mesma temática: Educação de Jovens e Adultos.

Capítulo Primeiro

A escola negada

2.1 - Educação ou escolarização de jovens e adultos?

Educação de Jovens e Adultos? Será correto assim dizer? E já não estarão eles educados pela sociedade pedagógica que, por intermédio da cultura, nos diferencia e identifica, nos distancia e aproxima, nos liberta e nos sufoca? Que dizer então desta escola tardiamente oferecida? Pois que seja, também, educação, mas que se reconheça que é educação em sentido próprio, singular, posto que se dirige a pessoas já educadas e em permanente processo de se fazerem homens e mulheres, pais e mães, trabalhadores e trabalhadoras.

O trecho acima extraído da obra de Silva (2013, p.10), refere-se a alguns dos principais aspectos das políticas públicas de educação de jovens e adultos adotados como medidas compensatórias que primam em oferecer “escola para aqueles que não puderam efetuar os estudos na idade regular”. Suas ponderações, nos conduzem por um caminho reflexivo a fim de

que possamos evitar o acometimento de equívocos através da compreensão e diferenciação dos termos que envolvem programa Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A própria ordem das palavras presentes nos textos que tratam da referida política exige algumas explicações preliminares que consideramos importantes para as discussões acerca do tema: o que é educação no sentido amplo e restrito? De qual educação fala o programa?

No que consiste a idade regular? Qual faixa etária abarca os períodos da juventude e fase adulta?

A expressão educação possui uma série imensa de possibilidades conceituais em razão das associações que podem ser feitas no seu entorno. Libâneo (1995), explica que a educação se manifesta em várias modalidades interligadas podendo ser denominada de **Educação informal** ao compreender os processos formativos do meio sociocultural nos quais os indivíduos encontram-se envolvidos de modo não organizados e não-institucionalizados; **Educação não-formal** quando as atividades educativas são intencionais, com caráter variável de sistematização e organização, realizadas em várias instâncias da sociedade fora do sistema escolar convencional; **Educação formal** seria as atividades educativas, intencionais, planejadas, organizadas, sistematizadas.

Corrêa (2014), observa que dada a polissemia da palavra educação, esta é sempre carregada de sentidos relativos a infinitas práticas. E aí, uma palavra que, sem boas precisões, se torna inútil. O uso dessa palavra educação tanto no cotidiano quanto em trabalhos científicos carece de contornos, posto que, em seu uso corriqueiro — e aqui se incluem usos em muitas produções científicas —, educação é referida, majoritariamente a processos de escolarização. Ou melhor, diz-se educação quando não se está tratando de nada além de processos de escolarização.

Apoiando-se em conceitos elaborados por Ivan Illich, Corrêa (2014, p.3) nos traz uma importante e útil definição de escolarização “[...] os processos educacionais que se dão de acordo com as exigências de uma lei de caráter nacional. No caso do Brasil essa lei é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.” No seu entendimento a **escolarização** é vista de uma perspectiva dos processos educacionais que põe em funcionamento tem duas marcas principais: a obrigatoriedade e a linha de ação restrita ao ensino- aprendizagem e conclui que educação e escolarização são âmbitos irreduzíveis um ao outro, escolarização é uma das faces da educação, mas esta não pode ser reduzida àquela.

Retomemos então a questão: no que consiste a educação de jovens e adultos no Brasil (EJA)? É fato inconteste que o conceito de Educação de Jovens e Adultos (EJA), é amplo e apresenta distintas perspectivas teóricas vinculadas à temas pertinentes ao campo educacional

como educação de adultos, alfabetização de adultos e os processos de escolarização formal, não-formal ou informal de pessoas jovens e adultas.

Na perspectiva da legislação educacional a educação de jovens e adultos é concebida como **uma modalidade do ensino escolar fundamental médio**, com finalidade de proporcionar aos jovens e adultos, oportunidades para iniciar e/ou dar continuidade aos seus estudos. Desta feita, a educação de jovens e adultos é compreendida como **educação contínua e permanente** devendo atender aos interesses e às necessidades de indivíduos que já tinham uma determinada experiência de vida, participam do mundo do trabalho e dispõem, portanto, de uma formação bastante diferenciada das crianças e adolescentes aos quais se destina o ensino regular. (BRASIL, 1996).

De acordo com a Resolução n.º 1, de 5 de julho de 2000, do Conselho Nacional de Educação (CNE) – que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos, esta é apresentada como **uma modalidade de ensino** que considera, prioritariamente, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e a proposição de um modelo pedagógico próprio para essa clientela específica.

Do ponto de vista de alguns historiadores, filósofos e sociólogos da educação precisamos ultrapassar os conceitos que definem a educação de jovens e adultos como um processo de recuperação de uma escolaridade que não se realizou no tempo considerado correto. Diante dessa assertiva Mota (2013) explica que faz-se necessário buscar uma relação na qual educador e educandos tenham consciência de que sempre é tempo de aprender, independentemente, da faixa etária do discente.

Tal colocação se contrapõe a algumas concepções que entendem a educação de jovens e adultos como um direito compensatório à escolarização daqueles que não frequentaram a escola na idade adequada, o que nos leva a outras questões: qual seria a idade adequada? Em qual contexto histórico educacional foi definida a idade como temporalidade escolar? É o que pretendemos responder na próxima etapa do trabalho.

2.2 - O (des)cumprimento da obrigatoriedade do direito à educação na idade certa

Nem sempre se quis ir à escola, nem sempre existiu uma idade adequada para frequentar instituições de ensino. Nem sempre ingressar na escolar em períodos além da infância era

compreendido como um direito retirado do indivíduo, mas tão somente como uma escolha possível. Nem sempre existiu a correlação classe\ idade\ conteúdo. Nem sempre a escola foi compreendida como um benefício a ser estendido para todas as classes.

De acordo com os estudos realizados por Ariès (1981), o tempo certo de iniciar as vivências escolares, é uma construção histórica cultural que emergiu em tempo e contexto social determinado: Europa ocidental, nos tempos da modernidade, quando a produção de uma nova racionalidade, associada ao Iluminismo e às pedagogias dele derivadas vai deslocar os interesses de uma educação centrada em corrigir erros e desvios nas condutas do homem adulto para outra educação capaz de agir na gênese da formação do indivíduo, ou seja, na sua infância.

É, pois, no âmbito do projeto moderno de construção da humanidade, que o tempo da infância vai sendo progressivamente identificado como um período privilegiado de aprendizagens. Vieira (2013) destaca que nesse período uma maior publicação e circulação de tratados pedagógicos que reconheciam a criança como o sujeito principal da socialização escolar e requeriam, a favor desse sujeito, uma rearticulação dos tempos e conteúdos escolares em articulação com suas fases do desenvolvimento cognitivo e motor como é possível constatar nos trabalhos de Herbart (1776-1841) e Fröbel (1782-1852).

Segundo Vieira (2013), embora ocorresse o debate em torno da necessária organização escolar em função da idade de meninos e meninas, não era considerada estranha a mistura de idades entre 7 e 20 anos nas escolas de ler, contar e escrever do Brasil colonial e imperial:

Na verdade não era percebida a necessidade de se estabelecer rigorosamente uma idade para se ingressar no universo escolar. Mesmo quando os mestres se habituaram a compor as classes em função da idade dos alunos, a sociedade, de maneira geral, continua a ignorar a distinção escolar das idades, até porque, a maioria não tinha acesso à escola.

Mesmo em meados do século XIX, quando as províncias brasileiras ganham autonomia no sentido de legislar sobre a instrução pública em conformidade com o Ato Adicional de 6 de agosto de 1834 e passam a determinar um tempo escolarização obrigatório dos 7 aos 10 anos de idade para as meninas e de 7 aos 14 anos de idade para os meninos (LEI Nº 198, DE 6 DE OUTUBRO DE 1845, p. 209-213 e 217), estas determinações não eram cumpridas sendo possível observar a matrícula conjunta de crianças e jovens de 8 a 18 anos de idade.

Outro problema vivenciado nesse período e que hoje encontra-se relacionado com os estudos sobre a educação de jovens e adultos, diz respeito ao tempo de permanência do aluno na escola. Segundo Gallego (2009), não havia um sistema linear de avaliação e o professor decidia quando o aluno estava pronto, não havia um tempo curricular seriado, tudo dependia do

progresso individual do aluno, outros tão logo aprendessem as primeiras letras abandonavam a escola por conta própria, pois aquele conteúdo lhe bastava.

Poucos frequentavam a escola e viver fora dela era a regra, tanto que no ano de 1890, quando proclamada a República, a taxa de analfabetismo da população brasileira alcançou o índice de 67,2%. Em outras palavras descumpriam-se a obrigatoriedade do ingresso na escola em idade estabelecida por lei, e como era prática da maioria, não se discriminava. Basta observarmos os dados do recenseamento realizado nos primeiros anos do Brasil republicano para constatar que 74,6% da população brasileira era analfabeta:

Analfabetismo no Brasil\ 1906

Tabela 1

Estados e Distrito Federal	DE 1.000 Habitantes	
	Sabiam ler	Eram analfabetos
Alagoas	200	800
Amazonas	321	679
Bahia	228	772
Ceará	218	782
Distrito Federal	519	481
Espirito Santo	269	731
Goiás	218	782
Maranhão	254	746
Mato Grosso	270	730
Minas Gerais	256	744
Pará	300	700
Paraíba	168	832
Paraná	239	761
Pernambuco	193	807

Piauí	173	827
Rio de Janeiro	231	769
Rio Grande do Norte	204	796
Rio Grande do Sul	326	674
Santa Catarina	257	743
São Paulo	247	753
Sergipe	254	746

Fonte: BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Estatística da Instrução. Primeira parte: Estatística Escolar, v.1, 4 seção, 1916 (Introdução de Oziel Bordeaux Rego).In: <http://cpdoc.fgv.br/>

Em consulta às primeiras constituições do regime republicano (1891,1934, 1937), observamos que as preocupações dos governantes em relação a uma população que permanecia fora da ambiência escolar encontrava-se vinculada a necessária formação de um espírito nacional. O deputado Afrânio Peixoto em fala proferida na revisão constitucional de 1925\1926, após afirmar que o Brasil era um país de analfabetos, explica o perigo dessa situação:

O essencial e perigoso é a diversidade dos brasileiros, diferentes pela alma e pela capacidade, isolados nos seus confinamentos regionais, nortistas e gaúchos, sertanejos e litorâneos, sulistas e nordestinos, Brasil que se desagrega porque a educação fundamental não só póde fazer brasileiros, e vae fazendo goyanos e cearenses, mineiros e paulistas [...]. (REVISÃO, I, apud, CURY, 2001, p. 88).

Na busca desta unidade patriótica discutia-se a gratuidade do ensino primário, mas principalmente a sua obrigatoriedade. Em um contexto histórico onde a formação escolar era vista como uma estratégia a ser utilizada em favor da formação de uma unidade nacional não seria possível permitir aos pais que descumprissem uma ordem do Estado. Assim pensava o deputado Armando Burlamaqui:

A obrigatoriedade do ensino primário é autorizada pela emenda 12. Quaesquer que sejam as objeções levantadas contra a sua adoção, fundadas no direito ou no interesse dos paes, é indiscutível o poder do Estado para formar a mentalidade nacional. Não se pode conceder ao analfabetismo o direito absoluto de resistir ao poder público (REVISÃO, I, apud, CURY, 2001, p. 90).

É, pois, na disputa pela obrigatoriedade do ensino escolar primário que se destacam o discurso contra o analfabetismo de crianças, jovens e adultos. E mais uma vez questionamos: se a educação escolar era um benefício, por que a obrigatoriedade se fazia tão necessária? Talvez a população não a entendesse da mesma forma que os políticos de então e por essa razão, juntamente com o fato de não haver escolas ao alcance de todos, continuassem a descumprir a lei da obrigatoriedade escolar.

2. 3- Condições históricas e sociais que produziram e fazem permanecer a necessidade da educação de jovens e adultos em nosso País.

Na década de 1940, começaram as primeiras iniciativas governamentais para lidar com o analfabetismo entre adultos. Podemos afirmar que por esse tempo o analfabetismo de jovens e adultos era compreendido a partir de duas perspectivas: falta de capacidade ou falta de interesse do analfabeto. Essa postura não convinha aos grupos econômicos do primeiro quartel do século XX que compreendiam ser necessário para acelerar o crescimento econômico do país tomar providências relacionadas ao combate ao analfabetismo.

Na década de 1940, quando começaram as primeiras iniciativas governamentais para lidar com o analfabetismo entre adultos, entendia-se que o seu fim seria fundamental para o crescimento econômico do país. O analfabetismo era visto como um mal social e o analfabeto como um sujeito incapaz. (BRASIL, 2006, p. 26).

Se na década de 1940, o analfabeto era entendido pela sociedade econômica como um sujeito incapaz, a década de 1950, reforça uma antiga depreciação para aqueles que não foram educados por uma forma escolar: o direito ao voto. Na verdade historiadores como Rodrigues (1982) datam o início de um processo de marginalização cívico-política dos analfabetos desde a publicação do Decreto Imperial nº 3.029, de 09 de janeiro de 1881 mantida pelo regime republicano conhecido como República Velha. Mesmo a constituição liberal-democrática de 1946, proibia o alistamento analfabetos como leitores, confirmada pela Lei Maior de 1967 e só excluída com o advento da Nova República, pela Emenda Constitucional nº 25/1985 e, finalmente, pela “Carta-cidadã” de 1988.

O certo é que desde o princípio da exclusão como eleitores, jovens e adultos analfabetos sentiam constrangimento em se declarar como tais. Essa proscrição fazia com que compartilhassem o destino também reservado aos mendigos e aos membros de corporações submetidos a regra ou estatuto que importasse a renúncia da liberdade individual.

Na década de 1960, a crença na participação de todos - como eleitores - para o desenvolvimento de um país mais justo socialmente, fez com que a alfabetização de jovens e adultos criasse vínculos com os movimentos estudantis. Nessa perspectiva, o analfabetismo passou a ser vista como consequência direta da pobreza e de uma política de manutenção de desigualdades e a educação passou a ser entendida com um ato político. Nesse contexto, destacam-se as ideias inovadoras do pedagogo **Paulo Freire** que criticava os modelos de alfabetização de jovens e adultos fundamentos em uma metodologia mecanicista e defendia uma alfabetização voltada para a conscientização dos homens e mulheres como sujeitos capazes de transformar a realidade social.

Menezes e Santos (2001), observam que os programas de alfabetização de jovens e adultos orientados pela pedagogia de Paulo Freire foram bruscamente interrompidos pelo golpe militar, porque eram considerados uma ameaça ao regime, e substituídos pelo **Mobral**. O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), foi um programa criado em 1970 pelo governo federal com objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos, nesse sentido propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida. Todavia MOBRAL ampliou o seu campo de atuação às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental.

O programa foi extinto em 1985 e substituído pelo **Projeto Educar** que perdurou até o ano de 1990, com maior apoio governamental e de organizações não governamentais e de empresas, começando aí as ditas ONGs e milhares de associações sociais. Este programa tinha como objetivo oferecer a educação básica não formal a aqueles que não tiveram acesso às escolas ou delas foram excluídos prematuramente. O programa foi extinto em 1990 no mesmo período em que surge o PNAC, **Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania**, que só durou um ano, pois seguia as mesmas regras dos antigos cursos, apenas políticos querendo aparecer e mudando apenas o nome.

É importante sublinharmos que a taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais caiu ininterruptamente ao longo do século passado, saindo de um patamar de 65,3% em 1900 para chegar a 13,6% em 2000 como podemos observar na tabela abaixo:

Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais
Brasil - 1900/2000
Tabela 2

	População de 15 anos ou mais
--	------------------------------

Ano	Total em milhares	Analfabeta em milhares	Taxa de analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,3%
1920	17.564	11.409	65,0%
1940	23.648	13.269	56,1%
1950	30.188	15.272	50,6%
1960	40.233	15.964	39,7%
1970	53.633	18.100	33,7%
1980	74.600	19.356	25,9%
1991	94.891	18.682	19,7%
2000	119.533	16.295	13,6%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos (2017).

Todavia, não basta a queda da taxa de analfabetismo; é fundamental também a sua redução em números absolutos, e nesse sentido os pesquisadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2000) afirmam que há muito ainda a ser feito, por conta da adoção do conceito de analfabetismo funcional:

Se por um lado, o Brasil tem hoje plenas condições, do ponto de vista de seus recursos econômicos e da qualificação dos seus docentes, para enfrentar o desafio de alfabetizar seus mais de 16 milhões de analfabetos, por outro lado, o próprio conceito de analfabetismo sofreu alterações ao longo deste período. Assim, enquanto o conceito usado pelo IBGE nas suas estatísticas considera alfabetizada a “pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece”, cada vez mais, no mundo, adota-se o conceito de analfabeto funcional, que incluiria todas as pessoas com menos de quatro séries de estudos concluídas. Usando este segundo critério, mais adequado à realidade econômica e tecnológica do mundo contemporâneo, o nosso número de analfabetos salta para mais de 30 milhões de brasileiros, considerando a população de 15 anos ou mais. (INEPEAT, 2000, p. 6-7).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), que perdura até os dias de hoje, perde o seu caráter provisório de projetos e programas e passa a ser garantida em todo o território pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996). Todavia, somente cinco anos depois, em 2000, o Conselho Nacional de Educação estabeleceu, no Parecer nº 11, (das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos), as funções e as bases legais da EJA fundamentadas na LDB, nos Parâmetros Curriculares Nacionais e nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Em junho de 2005, o Decreto nº 5.478, instituiu o **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos** (PROEJA), abrangendo a formação inicial e continuada de trabalhadores e a Educação Profissional Técnica de nível médio. E assim a EJA amplia o sentido de preparar e inserir ou reinsserir o aluno no mercado de trabalho devendo ser papel da escola a responsabilidade de alfabetizar e formar o adulto trabalhador em atendimento às exigências do mercado.

Não por acaso, os dados do MEC/INEP a matrícula de EJA no Brasil passou de 3.410.830, em 2000, para 3.906.977, em 2012 tendo, portanto, crescido em termos absolutos. Mas, apesar dos esforços conciliados, o Brasil possui atualmente 13 milhões de analfabetos. É o que dizem os dados da **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)** entre 2001 e 2014.

Embora os pesquisadores tenham observado uma redução de 4,3 pontos percentuais, o que corresponde a uma redução de 2,5 milhões de analfabetos, em 2014, o número de analfabetos foi de 8,3%, o que equivale a 13,2 milhões de pessoas. A pesquisa também considerou a taxa de analfabetismo funcional. Ela é definida pelo IBGE como a proporção das pessoas com 15 anos ou mais com menos de 4 anos de estudo em relação ao total de pessoas na população com a mesma faixa etária.

Neste grupo, o analfabetismo funcional passou de 18,1% em 2013 para 17,6% em 2014. A principal redução foi verificada na Região Norte, passando de 21,6% para 20,4%, queda de 1,2 ponto percentual. Infelizmente a Região Nordeste manteve-se com a taxa de analfabetismo funcional mais alta no País, 27,7% em 2013 e 27,1% em 2014. No nosso próximo capítulo, estudaremos o analfabetismo em Estado específico do Nordeste, o Piauí, e tentaremos delinear um perfil do alunado que frequenta as aulas da EJA, neste Estado.

CAPÍTULO SEGUNDO

Uma escola negada a quem?

3.1. Quem é o analfabeto brasileiro?

É possível identificar as causas do analfabetismo escolar em um modelo de sociedade de informações? Esta é uma questão simples, mas de difícil entendimento até porque a concepção do que é ser ou não alfabetizado depende do contexto e da realidade do país. Sabemos que no ano de 1958, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) definia como alfabetizada uma pessoa capaz de ler ou escrever um enunciado simples relacionado à sua vida diária. Nesse contexto, o analfabetismo estava relacionado ao desconhecimento e uso adequado do alfabeto em língua vernácula.

De acordo com Meneses (2001), desde 1930 existe o conceito de analfabetismo funcional criado nos Estados Unidos para se referir às pessoas que, apesar de saberem ler e escrever formalmente, por exemplo, não conseguem compor e redigir corretamente uma pequena carta solicitando um emprego. Posteriormente passou a ser utilizado pela UNESCO e no Brasil, a partir de 1990, o IBGE passou a utilizar o conceito considerando como tal, as pessoas com menos de quatro anos de escolaridade.

Entretanto, Galvão (2003) assevera, que nos dias atuais, muitas outras linguagens devem ser mobilizadas pelos indivíduos, e exigidas deles no desempenho das mais diversas atividades de sua vida pessoal, profissional, esportiva, artística ou religiosa. Não se leva em consideração, no contexto atual, apenas o analfabeto de leitura, de escrita, mas também, analfabetos que não conseguem e não estão capacitados a solucionar os problemas do cotidiano e não se adaptam aos novos paradigmas, principalmente tecnológicos.

Discutir o analfabetismo nesse contexto requer esclarecimentos prévios acerca de qual analfabeto estaremos falando, afinal, como diria Silva (2011) ser analfabeto significa diferentes modos de estar na língua e na história. Assim, para fins desse trabalho estaremos fazendo usos dos termos analfabetismo e analfabetismo funcional para identificar tanto as pessoas que não conhecem o alfabeto como aquelas que mesmo tendo frequentado a escola por cerca de quatro anos não conseguem escrever e interpretar textos.

Seguimos as delimitações oficiais do IBGE até porque são as utilizadas como parâmetros na produção das políticas educacionais do governo federal a fim de integrar os programas de alfabetização a uma política de educação de jovens e adultos, para que os estudantes deem continuidade a seu processo educacional. Basta observarmos a inclusão da educação de jovens e adultos no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), além da ampliação do financiamento para abertura de novas turmas de educação de jovens e adultos, com foco nas populações do campo, quilombolas, indígenas, egressos do Brasil Alfabetizado e pessoas em privação de liberdade. (BRASIL, 2016).

Isto posto, podemos afirmar de uma forma generalizada que os jovens e os adultos analfabetos do Brasil, assim como aqueles que se evadiram do sistema escolar após uns poucos anos de estudo são, na grande maioria, pessoas que vivem uma realidade social de exclusão. Segundo o Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF-2012\2015) o perfil do analfabetismo brasileiro considerando 3 (três) categorias, é o seguinte:

População masculina - A análise dos resultados de condição de alfabetismo segundo a variável sexo mostra que as mulheres têm, em média, um desempenho ligeiramente superior ao dos homens, refletindo os melhores indicadores educacionais das mulheres. As mulheres representam 52% da população brasileira entre 15 e 64 anos, elas correspondem a 43% das pessoas do grupo Analfabeto. Os homens correspondem a 57% do universo de analfabetos.

Idade média de 50 (cinquenta) anos de idade - Passados anos de desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos os estudos do Inaf registram que os mais jovens obtêm desempenho significativamente superior em comparação aos dos segmentos de idades mais avançadas, que concentram maior presença de pessoas na condição de analfabetismo.

Pretos\Pardos - Se, de um lado, a população preta/negra ou parda representa 69% da população de 15 a 64 anos, de outro, esses mesmos grupos concentram 77% das pessoas na condição de analfabetismo.

Os dados do Inaf também fornecem um panorama dos analfabetos brasileiros em relação ao setor da economia em que essas pessoas exercem alguma atividade laboral e revelam que tradicionalmente eles **ocupam setores que demanda uso intensivo de mão de obra com menores exigências de qualificações profissionais**: parte significativa dos respondentes estava dedicada a trabalhos e profissões no comércio (22%), serviços domésticos (10%),

indústria extrativista e de transformação (10%), construção civil (10%) e agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (8%).

Alves e Cortez (2012), ao delinear as características dos jovens e dos adultos que procuram se matricular na EJA, confirmam o perfil descrito acima:

Estes sujeitos são na grande maioria, trabalhadoras e trabalhadores, mães e pais de família, muitas delas mães solteiras ou jovens desempregadas que retornam à escola com esperança de que essa lhes proporcione a inserção no mercado de trabalho. Eles também são sujeitos de direitos que precisam da educação não apenas como remédio para curar as mazelas supramencionadas. Mas, sobretudo, para a inserção no campo da cultura, da política e em todos os âmbitos da sociedade como sujeitos autônomos com condições de dialogar com os mais diferentes segmentos sociais. (ALVES e CORTEZ, 2012, p.05).

Em que pese os avanços das políticas educacionais nas últimas décadas parece que estas, não necessariamente, superaram o problemático quadro de desigualdades sociais e educacionais no Brasil.

3.2. O analfabetismo no Piauí

Encontra-se divulgado nos mais diversos meios de comunicação de massa que a taxa de analfabetismo entre brasileiros com 15 anos ou mais em 2014 foi estimada em 8,3% (13,2 milhões de pessoas). No ano de 2013, esse indicador havia sido de 8,5% (13,3 milhões). O número de analfabetos é maior do que a população inteira da cidade de São Paulo, cerca de 12 milhões de pessoas, segundo estimativa do IBGE.

Entre os adolescentes e jovens (15 a 19 anos), a taxa de analfabetismo verificada foi de 0,9% em 2014 e 1% em 2013. As disparidades regionais também são outro desafio relevante para os gestores. Com redução de 0,3 ponto percentual, a região Nordeste segue como a que tem a maior taxa, com 16,6%, seguida do Norte (9,5%), Centro-Oeste (6,5%), Sudeste (4,8%) e Sul (4,6%).

No Piauí, terceiro maior estado da região **Nordeste do Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad\2014) revela que** o número de pessoas não alfabetizadas aumentou 0,7% em 2014 no Piauí. Com o crescimento, o Piauí aparece na contramão do país, que registrou queda na quantidade de analfabetos e destaca-se com o terceiro maior índice de analfabetos da região Nordeste.

Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio realizada em períodos anteriores há um claro registro de decréscimo nas taxas de analfabetismo no Estado do Piauí, salvo no ano de 2008 onde podemos perceber um aumento de 0,9%.

**Evolução da taxa de analfabetismo das pessoas
de 15 anos ou mais de idade
Tabela 3**

Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Piauí	27,31	27,37	26,25	23,41	24,36	23,34
Nordeste	22,44	22,64	20,74	19,93	19,41	18,70
Brasil	11,38	11,05	10,38	9,99	9,96	9,70

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD –2004-2009/Cálculo da FUNDAÇÃO CEPRO.

No ano de 2010, os dados do IBGE voltam a apontar que **22,9%** dos piauienses eram analfabeto. Esse índice deu ao Estado a penúltima colocação no ranking de alfabetização do País, ficando o Piauí à frente apenas de Alagoas, onde 24,3% da população com mais de 15 anos ainda não sabia ler nem escrever até o referido ano.

Tabela 02: Pessoas de 15 anos ou mais de idade, total, alfabetizadas e não alfabetizadas, segundo os municípios com maior número de não alfabetizados
Brasil – 2010

Tabela 4

Município	Pessoas de 15 anos ou mais de idade			
	Total	Alfabetizadas	Não Alfabetizadas	
			Total	%
São Paulo - SP	8.916.867	8.633.108	283.759	3,2
Rio de Janeiro - RJ	5.094.088	4.943.990	150.098	2,9
Fortaleza - CE	1.898.503	1.766.652	131.851	6,9
Recife - PE	1.215.782	1.129.067	86.715	7,1
Salvador - BA	2.122.855	2.038.379	284.476	4,0
Maceió - AL	699.703	616.705	82.998	11,9
Brasília - DF	1.961.667	1.893.501	68.166	3,5
Teresina - PI	622.692	565.924	56.768	9,1
Belo Horizonte - MG	1.925.581	1.870.260	55.321	2,9
Natal - RN	628.860	576.538	52.322	8,3

Manaus - AM	1.293.052	1.244.093	48.959	3,8
João Pessoa - PB	563.359	517.665	45.694	8,1
Jaboatão dos Guararapes - PE	490.757	445.984	44.773	9,1
Guarulhos - SP	923.458	884.959	38.499	4,2
Feira de Santana - BA	422.282	383.907	38.375	9,1
Caruaru - PE	236.846	199.945	36.901	15,6
São Luís - MA	774.370	738.206	36.164	4,7
Belém - PA	1.068.622	1.032.995	35.627	3,3
Arapiraca - AL	155.168	120.328	34.840	22,5
Campina Grande - PB	293.712	259.420	34.292	11,7
Goiânia - GO	1.031.360	997.405	33.955	3,3
Duque de Caxias - RJ	649.492	617.066	32.426	5,0
Vitória da Conquista - BA	230.098	199.415	30.683	13,3
Caucaia - CE	236.661	206.162	30.499	12,9
Curitiba - PR	1.401.947	1.372.108	29.839	2,1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2010; Tabela elaborada por Deed/Inep

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad\2014) nos permite delinear um perfil, embora superficial, da grande massa de analfabetos existentes no Piauí: a taxa de analfabetismo de pessoas com 5 (cinco) anos ou mais no Piauí em 2014 está em 20,6%, enquanto o percentual registrado no ano anterior de 2013 era de 19,9%. Quase 30% dos não alfabetizados no Piauí têm idade entre 5 e 29 anos justamente a faixa etária em que deveriam estar na escola. Os números revelam ainda que a grande maioria dos analfabetos no estado possui **idade superior a 30 anos**.

A maior quantidade de analfabetos pertence ao **sexo masculino**, com 54,2%. A pesquisa mostra ainda outro dado preocupante: de todas as pessoas não alfabetizadas no Piauí, 27,3% possuem idade entre 5 e 29 anos, O percentual deixa o Piauí com a **terceira maior taxa de analfabetos** entre todos os estados da região Nordeste. Apenas Alagoas e Maranhão apareceram com percentuais maiores, respectivamente.

Uma das soluções apontadas pelos governantes do Piauí, e de outros Estados com os índices de analfabetismo elevados buscam como paliativo de uma problemática secular os programas de alfabetização e escolarização de jovens e adultos. Todavia, os mesmos dados do IBGE (2014) revelam que dos 1.304 municípios brasileiros com taxas de analfabetismo iguais ou superiores a 25%, 32 não ofereciam o programa Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Objetivando um melhor entendimento desta situação, na próxima etapa do trabalho procuraremos destacar os aspectos complementares da Educação de Jovens e Adultos através dos indicadores do PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – no Piauí.

3.3. O Programa de Educação de Jovens e adultos no Piauí

O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – geralmente traz a público os resultados realizados por seus pesquisadores, destacando um perfil socioeconômico do alunado da EJA, com o objetivo de dar oportunidade de formação para a população que não teve acesso à educação. Assim destaca que:

[...] a pesquisa sobre aspectos complementares da educação de jovens e adultos teve por objetivo captar o alcance dessa forma de educação, voltada para dar oportunidade de formação à população que não teve acesso ou que não teve possibilidade de completar os níveis educacionais fundamental e médio e de alfabetização nas idades apropriadas, caracterizando aspectos relevantes relacionados aos cursos oferecidos nas diferentes modalidades. (BRASIL, 2007, p.01).

Para conhecermos o contexto da oferta de EJA no Estado do Piauí, precisamos inicialmente admitir que há nos dias atuais um grande investimento em alfabetização e Educação de Jovens e Adultos por parte do governo estadual. Desde a implantação do programa em 2003, a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) tem contado com a parceria do que eles chamam de “entidades formadoras”:

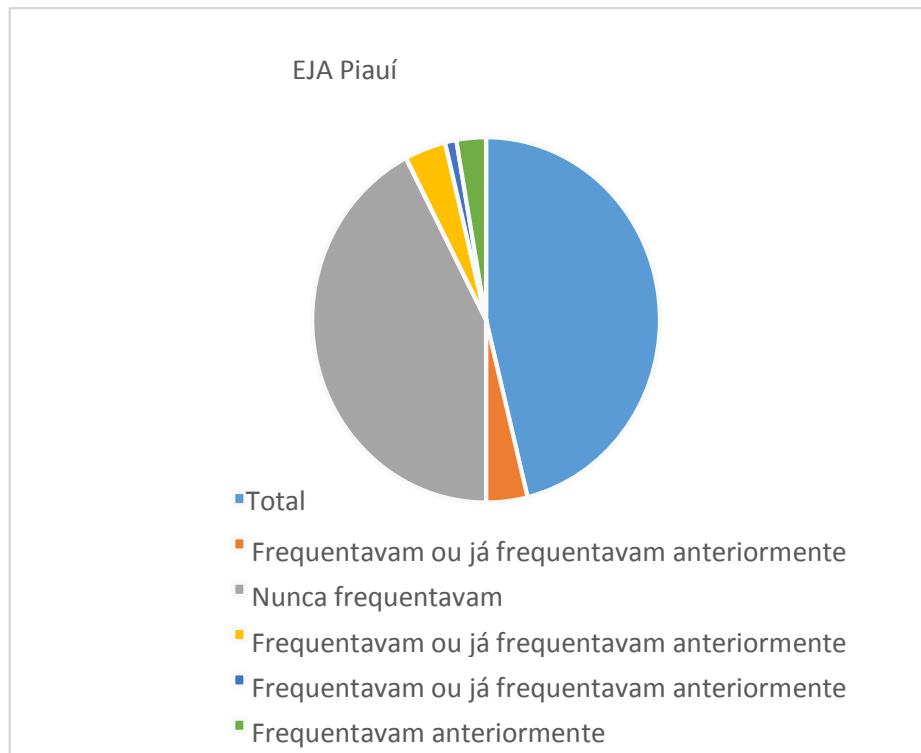
São diferentes instituições que fazem parceria com o Estado para a realização da formação e, em alguns casos, para a doação de materiais. São muitas as entidades parceiras e dentre elas podem ser citadas o SESC – Serviço Social do Comércio, a ALFALIT (entidade ligada à Igreja Universal do Reino de Deus), o BBEDUCAR (do Banco do Brasil), entre outras. (AGUIAR, 2005, p.41).

Segundo Aguiar (2005), essa grande variedade e rotatividade de parceiros existente no período, não favorecia ao Estado a elaboração de uma proposta de formação própria para os seus alfabetizadores, o que interferia diretamente na concepção de alfabetização em cada localidade. Apontam também a existência de vários outros problemas iniciais como o fato dos alunos que ingressam mais de uma vez em diferentes turmas de alfabetização ou se inscreviam em vários programas oferecido; a desarticulação entre os programas de alfabetização e entre esses e a EJA da rede municipal; a dependência do Programa da boa vontade individual dos

coordenadores e alfabetizadores e principalmente **a evasão escolar e a presença flutuante dos alunos nas classes de alfabetização.**

Dois anos depois, em 2007, parece aumentar a frequência das pessoas de 15 anos ou mais de idade nos cursos da Educação de Jovens e Adultos, no Piauí. Todavia, os dados ainda revelam a existência da evasão esporádica dos alunos e o retorno posteriormente.

Gráfico 01: Acesso aos programas de Educação de Jovens e Adultos



FONTE: IBGE / PNAD 2007

Certamente, esses dados refletem as incertezas desse alunado, os mesmos se sentem incapazes de aprender, simplesmente pelo fato do insucesso escolar, a maioria desses jovens, adultos ou idosos buscam algo a mais na escola, com no Piauí a maioria são pertencente as classes menos favorecidas, tem uma condição de vida precária e buscam pela escola a inserção diante das expectativas que possuem em busca da alfabetização.

No Piauí, são vários os projetos que trabalham para uma maior aproximação do aluno com o espaço escolar, buscando reduzir os índices de analfabetismo, dentre eles tem-se: Telesol Pro – visa o profissionalizante da EJA voltado para o mercado de trabalho, o Alfasol – oferece cursos como comércio e varejo, o PROEJA juntamente com o IFPI, oferta a educação formal e

os cursos de pedreiro e armador. Enfim, esses cursos são alguns dos diversos incentivos na modalidade de EJA, visando o estímulo e a motivação do alunado da EJA.

Apesar dos números divulgados pelo IBGE (2014), a equipe de trabalho da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) do Piauí, cuidam em divulgar que o Estado tem avançado na correção de um problema histórico que atrasa do desenvolvimento do Estado, o analfabetismo. Afirmam que em 2016 as matrículas para a educação de jovens e adultos (EJA) apresentaram crescimento de 127%, a meta para o ano de 2017 é alcançar as 200 mil matrículas. Nos discursos oficiais, muito embora a ONU, venha denunciando que o Brasil tem diminuído a oferta de matrículas e investimentos direcionados ao combate do analfabetismo, os índices do Piauí revelam uma direção contrária a essas afirmativas, principalmente no que tange a rápida evolução nas matrículas na EJA na rede estadual de ensino.

Segundo a diretora da Unidade de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Estado da Educação (2017), Conceição Andrade:

[...] o Piauí vem em uma crescente na oferta de vagas para educação de jovens e adultos. Em 2014 foram 35 mil matrículas, em 45 mil, em 2015, e 100 mil novos alunos em 2016. A meta para 2017 é 200 mil matrículas, sendo 50 mil para fase de alfabetização. (ANDRADE, 2017, p.01).

Em relato, a Secretária de Educação do Estado, Rejane Dias (2017), afirma que o lema deste da campanha pelo aumento nos números de matrículas de jovens e adultos em alguma modalidade de educação fora da idade escolar regulamentada é: "Hoje é Dia de Voltar para a Escola". Conforme a Secretária (2017):

Essa é mais uma iniciativa da Seduc para facilitar o acesso à educação para as pessoas que nunca estudaram ou que ainda tem o desejo de aprender. Em 2016 matriculamos 100 mil pessoas. Neste ano, com muito trabalho e força de vontade, vamos dobrar esse número", garante a secretária da Educação. (DIAS, 2017, p.01).

Apesar dessa política e dos investimentos realizados na Educação de Jovens e Adultos no Piauí, em nenhum momento vislumbramos nos discursos oficiais a importância da aquisição do conhecimento, das metodologias de ensino, das formas avaliativas do processo...Nada disso parece estimular a motivação política que demonstra a preocupação com números e a visibilidade negativa proporcionada ao governo. De qualquer forma, a culpa recairá, mais uma vez, no povo, na população de analfabetos cuja ausência de escolarização das famílias, impedem sua inserção na política de transferência de renda proposta pelo mercado financeiro.

Paradoxalmente, no Estado com um dos maiores índices de analfabetismo do Brasil, são resguardadas as escolas com melhores desempenho no ENEM (2016).

CAPÍTULO TERCEIRO

Narrativas dos alunos da EJA

4.1. Os sujeitos dessa história

A pesquisa de campo descrita neste capítulo propõe uma integração dos dados obtidos pela pesquisa bibliográfica apresentada nos capítulos primeiro e segundo e a história oral que definiu como sujeitos da pesquisa o universo de 02 (duas) pessoas mediante os seguintes critérios: serem alunos da EJA, um representante do sexo feminino e outro do sexo masculino, residirem na região de Colônia do Piauí e terem disponibilidade para as entrevistas.

As entrevistas foram agendadas a partir de contatos prévios, possibilitados por indicações de professores que trabalham na EJA e agendadas por meio de ligações telefônicas, em dias e horários estabelecidos pelos próprios entrevistados. A realização ocorreu nos dias 09 e 10 de outubro de 2017, tendo sido utilizado um formulário com 22 (vinte e duas) questões semiestruturadas, empregado nas entrevistas dos sujeitos. Os dados foram coletados por meio de entrevistas foram registradas com o uso do celular e transcritas, posteriormente, conforme seu consentimento.

Segundo Barros e Lehfeld (2000), a entrevista semiestruturada possibilita um diálogo mais flexível com o entrevistado, além do levantamento de dados que possam ser utilizados em análise qualitativa, e a seleção dos aspectos mais relevantes de um problema de pesquisa. Para Chizzotti (2005), as entrevistas expressam as representações subjetivas dos participantes, possibilitando intervenções do pesquisador em sua realidade ou ações transformadoras mediante questões problemáticas.

Para as entrevistas com os sujeitos da pesquisa as perguntas foram organizadas em 3 (três) eixos norteadores:

- 1º - A infância longe da escola;
- 2º - O ingresso e o abandono da escola;
- 3º - O retorno à escola e as perspectivas de continuidade.

Os sujeitos dessa pesquisa foram identificados pelos codinomes de *aluno 1* e *aluna 2*. Nesse sentido, suas falas registradas nas análises estarão sempre reconhecidas por tal identificação.

4.2. A infância longe da escola

O aluno 1, é habitador do município de Colônia do Piauí, estuda na Escola Municipal Dom Expedito Lopes, tendo nascido em 26 de setembro de 1965, filho de um agricultor e de uma professora primária sem formação para o magistério. Passou a infância na companhia de 8 (oito) irmãos no interior da cidade de Isaiás Coelho (PI) onde nasceu.

Discrimina como brincadeira predileta os jogos com a bola que partilhava com os irmãos nas horas em que não estavam trabalhando com o pai nos roçados. Afirma que mesmo nesse período já demonstrava interesse em frequentar a escola, mas a necessidade de ajudar o pai nos serviços da roça não permitiam.

A aluna 2, também moradora do município de Colônia do Piauí, destaca-se por ser mais falante do que o aluno 1 e fazer questão de contar sua história com muitos detalhes. Estuda na mesma escola que o aluno 1, Escola Municipal Dom Expedito Lopes e afirma ter nascido em 06 de abril de 1961, filha de lavradores analfabetos. Sua infância foi vivenciada nas chapadas de Canabrava onde nasceu com seus 13 (treze) irmãos brincavam, costumeiramente, com os folguedos da época:

Era aquela Teresinha de Jesus, era a dona da carrapeta, eu brincava de sabugo, a gente enrolava um pano [fingia que eram] bonequinhas, pintava de esmalte na carinha das bonecas, mas também ajudava nos serviços da roça e lavando roupa no açude. (Aluna 2).

O interesse pelo universo escolar só emergiu nos anseios da aluna 2 quando os pais abandonaram a moradia na chapada da Canabrava e estabeleceram moradia na cidade de Colônia do Piauí, quando foi “doada” pelos pais a outra família com 8 (oito) anos de idade para trabalhar de graça, conforme relato abaixo:

Eles me doaram para uma família com a idade de 8 anos, aí essa família me levou para [a cidade de] Floriano para me criar lá, mas quando cheguei lá foi pior porque começaram a me explorar com serviço e trabalho de escrava. Me

botaram para trabalhar em uma carvoaria de carvão e trabalho escravo, eu via os meninos e as meninas passar para a escola, eu com vontade de ir e não podia. A mulher que me criou me xingava quando eu dizia que ia querer estudar para saber colocar o meu nome e dizia “o que diabo tu quer saber de estudar, tu tem é que trabalhar”. (Aluna 2).

Nas duas narrativas, o impedimento para que a criança frequentasse a escola em uma idade então considerada adequada, estava nas condições socioeconômicas das mesmas que exigiam a iniciação no trabalho ainda no período da infância. Devemos aqui sublinhar que estamos falando da escolarização de crianças na década de 1970, quando os dois sujeitos desta investigação vivenciaram a infância. O Censo Demográfico da década de 1960 revela que no Piauí a taxa de analfabetismo entre crianças com mais de 5 (cinco) anos de idade era de 72,4%, ficando acima apenas do estado de Alagoas que apresentava 72,6% de crianças com mais de % (cinco) anos de idade analfabeta.

Era também um período em que prevalecia um grande quadro de pobreza e indigência especialmente na região Nordeste, que conforme Almeida (1989) os índices alarmantes de miséria social era o resultado da herança de desigualdades sociais do "milagre econômico brasileiro" (1968-73) e do modelo de desenvolvimento econômico posto em prática, que criou uma imensa dívida social com a maioria do povo brasileiro que não teve assegurado o direito à alimentação, ao emprego, à saúde. Se a preocupação das famílias estava em sobreviver, como poderiam pensar na escolarização de seus filhos?

De fato, na passagem da década de 1960 para a década de 1970, houve dinamismo econômico, mas sem assegurar os direitos básicos à maioria da população. As instituições políticas ditas sociais pouco ou quase nada contribuíram para a melhoria da qualidade de vida. Oliveira (1985) afirma que no Brasil ocorreu uma regulação keynesiana sem direitos sociais, forma distinta daquela verificada nos países avançados. O autor identifica o Brasil como o "Estado do Mal-Estar", onde existe crescimento econômico sem uma contrapartida a nível de participação e dos benefícios sociais. Éramos um país rico com uma população de 46,7 milhões de pessoas pobres, perfazendo 49% da população.

Assim, o dinamismo econômico da passagem da década de 60 para a década de 70 teve como característica a exclusão social e política da maioria da população, em especial dos trabalhadores. Além do mais, a concentração da propriedade e à expulsão do trabalhador, ou à

perda da terra (pequenos proprietários, posseiros, etc), ou à ausência de trabalho (assalariados rurais) acarretaram um crescente êxodo rural como aconteceu com a família da aluna 2.

4.3. O ingresso e o abandono da escola

O aluno 1 ingressou na escola por intermédio da mãe que o matriculou, não tem como saber o ano da sua matrícula porque o mesmo diz não ter nenhum documento que comprove. Em sua narrativa o aluno 1 lembra-se muito bem que teve duas professoras: Dona Luiza e Dona Catarina, o que nos sugere que ele cursou até a segunda série do primeiro grau tendo aprendido a ler, escrever e contar. Relata que muitos eram os aspectos que o faziam não gostar da escola, mas o pior era a merenda escolar de péssima qualidade, somente as brincadeiras com os amigos estimulavam suas experiências no ambiente escolar.

Ao ser questionado por quais não deu prosseguimento aos estudos escolares na época, o aluno 1 faz referências à duas razões principais: necessidade de ajudar o pai nos trabalhos do roçado e vontade de migrar para São Paulo:

Tinha que ajudar os pais né? Aí passei ao negócio de ir para São Paulo e parei os estudos [por conta da] vontade de trabalhar para ganhar dinheiro próprio. Foi muito ruim [desistir da escola]. Eu não deveria ter desistido. (aluno 1).

Os dados compilados pelo Centro Migratório Brasileiro (1988) revela que na década de 1970 cerca de 29,5 (vinte e nove e meio) milhões de brasileiros migraram de uma região para outra o que equivalia a 31,7% da população do país. Já na década de 1980 o número de migrantes sobe para 40 (quarenta) milhões, equivalente à 33,6% da população brasileira. Predominantemente, a migração tinha como destino a região industrial do Estado de São Paulo. O aluno 1, seguiu o mesmo fluxo e o mesmo sonho: ganhar o próprio dinheiro, e a escola parece não ter sido parte essencial dos planos.

Já a aluna 2, teve ingressou mais tardiamente na escola, segundo seu depoimento só teve condições de se matricular quando completou 18 (dezoito) anos e decidiu retornar para a casa

dos pais na cidade de Colônia do Piauí. Já casada e com filhos fez sua própria matrícula no programa Brasil Alfabetizado:

Comecei a soletrar porque eu era analfabeta, aí entrei no Brasil Alfabetizado, aprendi o tipo de ABC bem rápido, aprendi a ler no ajuntamento de sílabas, aí logo surgiu o EJA, aí a menina da alfabetização me disse que eu ia aprender. E a primeira coisa que eu aprendi foi o meu nome soletrando letra por letra. Fiquei muito feliz. (Aluna 2).

A aluna 2, que recorda com saudade da professora, a finada Tiló, a quem chamava de madrinha Tiló, relembra que o que mais gostava na escola era dos exercícios de soletração das palavras, ou seja, ficar juntando as sílabas até formar uma palavra. E confirmando uma tendência universal, não gostava das aulas de matemática e afirma que ainda hoje tem dificuldades com os números. Todavia quando saiu do programa Brasil alfabetizado sabia ler, escrever e contar.

Quando questionada sobre os motivos que não lhe permitiram dar continuidade ao processo de escolarização, a aluna 2 justificou o abandono da escola com a necessidade de trabalhar, com o fato de ter morado em casa de terceiros e não ter muito tempo disponível para estudar.

Mais uma vez, destacam-se nos depoimentos os motivos de abandono da escola: a necessidade de trabalhar e a dificuldade de conciliar as temporalidades do trabalho e da escola. Prado (2000), afirma que o problema do abandono escolar tem sido constantemente discutido por órgãos governamentais e pelo meio acadêmico, que geralmente indicam como causas aquelas aqui descritas pelos sujeitos da nossa investigação, a saber:

- a) *Pobreza* - muitas vezes as crianças e adolescentes precisam complementar a renda familiar e deixam a escola;
- b) *Fator cultural* - devido aos pais não serem alfabetizados, existe uma falta de estímulo dentro de casa. A família não lhes permite valores culturais, habilidades, códigos linguísticos, que lhes propiciem um padrão intelectual comum ao meio escolar, assim, a origem social influencia no tempo de permanência na escola. Em muitos casos, a repetência torna-se inevitável e a autoconfiança é prejudicada.
- c) *Doenças* - famílias pobres não possuem acesso a saneamento básico e outras infraestruturas, levando-as a ter saúde precária e, conseqüentemente, abandonarem a escola;

- d) *A qualidade técnica e política do professor* - são cruciais para a formação da cidadania na educação básica, porém baixos salários e instituições de formação com idoneidade questionável comprometem o ensino;
- e) *As práticas pedagógicas e institucionais* - também são importantes para a manutenção do aluno na escola, formas de avaliação inadequadas e regulamentos rígidos também podem ser causadores de abandono.

Diante do exposto, compreendemos que fornecer acesso à educação não é condição suficiente para que a escola seja frequentada por potenciais alunos. Não por acaso, percebemos que uma das grandes preocupações dos governos é como manter os alunos na escola, diminuir os índices de reprovação e, principalmente, o de abandono escolar.

4.4. O retorno à escola e as perspectivas de continuidade

As últimas questões apresentadas aos sujeitos desta investigação dizem respeito as razões que motivaram seus retornos a escola e quais as intenções de ampliação dos anos de estudo. No que tange ao depoimento do Aluno 1 o ingresso na escola depois de anos de abandono aconteceu por influência dos amigos que o convenceram que nos dias atuais o melhor a se fazer era retornar à escola.

Da série do programa Educação de Jovens e Adultos que funciona na Escola Municipal Dom Expedito em Colônia do Piauí. O entrevistado, percebe a EJA como um instrumento de inserção social e escolar do sujeito que por razões particulares teve que abandonar os estudos no tempo considerado adequado. Consequentemente reclama do programa em relação ao grande número de alunos que frequentam as aulas em busca de um certificado sem dar importância aos conteúdos ensinados, atrapalhando as aulas. A meta de escolarização estabelecida pelo Aluno 1 é concluir o ensino fundamental, somente.

O relato feito pelo Aluno 1, nos induziu a um questionamento: será que as experiências realizadas na modalidade EJA no país estão conseguindo conciliar questões político-pedagógicas que as envolvem e a qualidade do ensino realizado em sala de aula? Talvez os relatos da Aluna 2 possam nos esclarecer algumas dúvidas.

Para a Aluna 2 o seu caminho de volta à escola foi conduzido pela vontade de aprender e pelas necessidades impostas pelo trabalho de feirante. Em seus relatos nos afirma que:

As dificuldades da vida e a vontade que tinha de aprender [fizeram retomar os estudos escolares]. Eu me senti bem, eu era neutra na vida, hoje sei ler, escrever, contar, voltar troco. Trabalho com verduras, se uma pessoa me comprar uma melancia com uma nota de cem reais e a melancia custar dez

reais eu volto noventa reais né? Coisa que antes eu não sabia. Não guardo rancor das pessoas que me cuidaram no passado, Deus ajudou a superar tudo, hoje sou mãe, avó e muito feliz com minha família. Eu ficava só parada dentro de casa, sem expectativas, via meus filhos indo para a escola, e fui também. (Aluna 2).

No entendimento da Aluna 2 o programa de Educação de Jovens e Adultos representa oportunidades, não só de escolarização, mas novas oportunidades de viver e conhecer o mundo nos cerca. E reclama da estrutura do programa na sua cidade que para rodar as provas cobrava uma pequena mensalidade dos alunos:

Tinha vez que eu não tinha o dinheiro. Eu deixava de pagar as provas para comprar coisas para meus filhos e pagar as provas deles. Para mim o estudo deles eram mais importante, eu tinha que dividir meu dinheiro e as vezes não tinha, aí saí da escola. Em primeiro lugar minha família, tudo que tenho na vida foi graças a Deus. O básico [já] sei, até escrever carta consigo. Tudo que sei serviu na vida, assino papel, fiz um empréstimo da agricultura familiar e assinei igual a um médico [risos]. Sou sabida meu filho. (Aluna 2).

A Aluna 2 se confessa satisfeita com os estudos que tem e não pretende dar prosseguimento. As afirmações de abandono da EJA pela aluna, chama a nossa atenção para duas realidades geralmente impensáveis, ou pelo menos não explícitas nos estudos acerca da educação de jovens e adultos: quais os índices de repetência e evasão escolar na EJA?

Estudos realizados por Collelo (2004) afirmam que a permanência dos alunos da EJA na escola é um dos grandes desafios da educação. Segundo o autor, não há uma responsabilidade na construção de políticas públicas educacionais que priorize a qualidade do ensino na modalidade da EJA em sua totalidade e de igual forma a todos, de modo a suprir diversas expectativas, e quando o alunado da EJA se depara com uma escola semelhante àquela que ele abandonou, torna a fazê-lo novamente.

Nos mesmos estudos, Collelo (2004) procura delinear o interesse do alunado da EJA, afirmando que: nas turmas de primeira e segunda etapas da EJA costuma ingressar alunos com o objetivo apenas de adquirir a capacidade de ler, escrever e compreender como funciona a estrutura da língua e o modo como é usada em nossa sociedade. Já nas turmas de 3ª e 4ª etapas encontram-se alunos que procuram a escola com o intuito de atender uma exigência de mercado de trabalho, mas que por fim acabam se evadindo da

escola por achar que esta não atenderá respectivamente seus anseios profissionais. Aachamos que a Aluna 2 se enquadra no primeiro perfil e o Aluno 1 no segundo.

Gostaríamos de encerrar nossas análises em relação aos dados compilados através das entrevistas, fazendo uso das considerações feitas por Pinto (1994) acerca da problemática aqui investigada, quando este afirma que uma escola na modalidade do EJA, só poderá se diferenciar das demais se:

1º - Desenvolver propostas pedagógicas que diferencie da infantilização na alfabetização de jovens e adultos;

2º - Não improvise professores para trabalhar com essa modalidade de escola e contrate profissionais qualificados, com formação adequada para o ensino;

3º - Escolha métodos de ensino adequados, pois o aluno do EJA, já foi educado pela vida;

4º - Pelo mesmo motivo anterior, devem abordar temas pertinentes a realidade do aluno, fazer conexões entre as disciplinas e suas relações culturais, econômicas e sociais, é primordial para prender a atenção do aluno, pois torna o aprendizado mais atraente, despertando seu interesse, e fazendo com que descubra na educação um verdadeiro significado.

Talvez, se ultrapassássemos a concepção simplificadora do processo de educação de adultos que tende a ver o alfabetizando como alguém que não se desenvolveu culturalmente os nossos sujeitos da pesquisa tivessem encerrado as entrevistas afirmando ter como meta de escolarização os ensinamentos universitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história ela não é feita sozinha, ou melhor, ninguém faz história sozinho, a EJA e o seu processo de construção traz consigo novos conhecimentos, estes adquiridos através da troca, partilha, a discussão, estes elementos principais da pesquisa e dessa investigação.

A EJA, é um espaço da educação carregado de complexidades, as razões que levaram a construção da modalidade EJA, logo visa educar e transformar o jovem e o adulto. Esse campo educacional tem uma longa história, que traz consigo marcas das mudanças da sociedade, das políticas públicas e, também, das diretrizes educacionais, com o objetivo de garantir a formação do educando, a formação dos professores e também a mudanças das práticas pedagógicas, visando uma intervenção pedagógica que possa acontecer de fato.

É claro na história da Educação de Jovens e Adultos, que esse campo educacional significa uma política de formação e de investigação, destacando os direitos negados, abandonaram a escola, perderam sua identidade coletiva, ficando comprometida a educação para os mesmos, sendo a tal camada popular excluída e discriminada de diversas maneiras na própria sociedade.

O homem pode criar a própria realidade, como também pode prosseguir transformando-a, mesmo que a criação limite do homem seja a de atuar e pensar de maneira autêntica, a existência humana em si propõe a reflexão, mas se o homem se sentir impedido de atuar acontece a frustração, proposto na atitude do alunado da EJA.

O aluno de EJA tem a intenção de estar sendo no mundo, exerce a ação sobre o mundo, impõe limites, transpõe possibilidade de ação, resulta em compromisso. Há a necessidade de refletir sobre o compromisso do profissional com a sociedade, a intenção de estar sendo no

mundo, exercendo a ação sobre o mundo, impõe limites, adquire possibilidades de ação resultando em compromisso, transformar-se o mundo quando os produtos resultam em significados, álias, significando para o próprio homem, que busca transformação através das situações concretas.

O homem pode criar a realidade, como também pode prosseguir transformando-a, mesmo que a criação limite o homem a atuar e pensar de maneira autêntica, a existência humana em si propõe reflexão.

A educação e o amor se relacionam como tarefa para o sujeito, portanto o objetivo geral deste trabalho destaca-se em conhecer a trajetória de vida escolar, essa trajetória trata-se ainda como intercomunicação da consciência do outro, o amor não é imposição, o amor é entendimento dos defeitos e qualidades do homem, é durante o processo de educação que o amor passa a ter sentido e entendimento, apoio e crescimento.

O homem é um ser transformador devido a sua própria inconclusão de homem, o mesmo sempre está em busca do querer mais e isso faz com que o não se restrinja as oportunidades de descoberta e transformação e a educação faz parte desse compromisso.

A educação está desenvolvendo o espaço social e educacional quanto a Educação de Jovens e Adultos, ou seja, através da erradicação do analfabetismo. Esta perspectiva de continuidade dos estudos escolares, traz para a sociedade mundial o sentido de inserção, ou melhor, está cada vez mais vultosa diante de tanta informação, o cenário é novo, o livre comércio possibilita abertura de fronteiras financeiras, é diante a esses aspectos que os indivíduos se sentem perdidos, e os dirigentes se sentem cada vez mais em dificuldades.

A educação assume o papel de entrecruzamento das redes, tornando homens em bons vizinhos.

Portanto, as classes de renda baixa do Brasil, que precisavam desse incentivo para se tornarem pessoas atualizadas e inseridas no mercado de trabalho, é relevante a participação de entidades governamentais e empresarias, no qual só contribuíram para uma boa formação de pessoas que eram desprovidas de oportunidades, e foi um programa que só contribuiu para a democratização do Brasil.

A EJA é uma modalidade da educação regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394/96. No entanto, a EJA tem vários desafios o primeiro é a não conclusão do ensino fundamental, ou seja, pessoas excluídas do processo de educação, também pessoas que abandonaram o processo de educação.

É um direito social tardiamente acessado ao jovem, em relação a queda de matrículas, o universo escolar não atende à todos por causa da cultura escolar, mesmo com o modelo antigo de supletivo, as pessoas ainda se enganam com a aceleração, por isso importante perguntar ao indivíduo de EJA qual o seu objetivo de vida?

É preciso estar atento ao que o indivíduo traz de bagagem de vida, o que ele conhece para assim dialogar com esse sujeito e entender a maneira de vida, o que ele conhece para assim dialogar com esse sujeito e entender a maneira de vida. Por isso o estabelecimento de uma idade oficial para a escolarização de crianças no Brasil e no Piauí, atentando para a década de 60 e 70, período no qual a escola deve atender as necessidades de ensino-aprendizagem, precisa ser um espaço empático para esses indivíduos.

Em relação aos indivíduos, no relato de alguns alunos de EJA, observa-se como antigamente os pais lidavam com a educação, acreditava-se que estudar não levava a lugar algum, e com esse discurso as meninas eram obrigadas a cuidar dos afazeres domésticos e ajudar na roça quando preciso, enquanto os meninos eram obrigados ajudar os pais na roça.

Mas, com o passar do tempo essa visão sobre a educação mudou, alguns homens procuraram a EJA, pois sentiam-se engajados quanto ao seu trabalho, e porque também tinham vergonha de não saber ler e escrever.

Para o desenvolvimento dessas duas habilidades destaca-se o Método Paulo Freire, que introduz o sentido da linguagem, através da palavra geradora, está sequência desperta o sentido da palavra e o meio em que convive esse aluno de EJA, com isso desperta a motivação do alunado, portanto a importância do significado da linguagem para utilização do dia a dia.

O perfil do alunado da EJA no Brasil e no Piauí, desataca-se as mulheres com desempenho superior aos dos homens, onde representam 52% da população brasileira entre 15 e 64 anos, enquanto os homens correspondem a 57% dos analfabetos. Em sua maioria pretos e pardos, os quais desempenham trabalhos como mão de obra com menores exigências de qualificações profissionais. Conquanto, o Piauí tem como perfil a preocupante terceira maior taxa de pessoas não alfabetizadas em toda a região Nordeste.

Quanto a preocupação de leitura e escrita é destaque os estudos de Emília Ferreiro, que destaca os sinais da escrita ajustando o conteúdo ao objeto de conhecimento. Destaca-se Vygotsky com sua visão interacionista em relação ao professor e o seu papel de ensino, ambos servem de referência quanto ao ensino alfabetizador.

Portanto, destaca-se a leitura no processo de compreensão, quando esta advém dos processos cognitivos e linguísticos envolvidos na leitura e escrita, portanto, quanto mais apreciado o ato de leitura, pelos alunos de EJA, mais estarão bem acolhidos no processo de educação.

A sociedade mundial está cada vez mais vultosa diante de tanta informação e leitura, o cenário é novo, o livre comércio possibilita abertura de fronteiras financeiras e de comunicação, é diante a esses aspectos que os indivíduos de EJA se sentem perdidos, e os dirigentes se sentem cada vez mais em dificuldades.

A educação assume o papel de entrecruzamento das redes, tornando homens em bons vizinhos. Certamente, a leitura também assume esse papel quando envolve os processos de compreensão da leitura no dia-a-dia do jovem e adultos.

Dessa forma, a leitura envolve os processos cognitivos distintos, por isso identificar os pontos principais da aquisição da leitura na sala de aula de EJA, sabe-se que a leitura é uma atividade que envolve complexidade, sendo assim o reconhecimento da palavra passa a ser o primeiro processo de aquisição da leitura.

Aliás, a leitura acontece pela identificação das palavras não apenas pelo reconhecimento isolado da palavra, mas porque requer capacidades cognitivas, linguísticas, ou seja, quanto mais rápida for o reconhecimento das palavras e compreensão de leitura, mais rápida será a relação de precisão e rapidez.

Quanto ao papel de reconstituir a trajetória de vida de alunos da EJA, destacando o aluno 1, tem a infância marcada pelo trabalho na roça porque precisava ajudar o pai, a aluna 2, mudou-se de cidade, foi doada pelos pais e escravizada pelo casal que a criava, impossibilitada de ir à escola.

Compreende-se que a educação não era reconhecida pela sociedade como um direito e um dever, as razões promovedoras de uma escolarização tardia estão na exploração do trabalho infantil, nas condições de vida precária, na privação dos bens simbólicos, na carência do entendimento escolar.

Verificando as perspectivas de prosseguimento escolar, destaca-se o reconhecimento pela valorização do conhecimento por parte dos estudos, enxerga-se como homem transformador e capaz, apesar da sociedade ter resquícios do modelo de sociedade colonial, mesmo entendendo que se é trabalhador, a relevância da atuação do trabalhador visa o processo de mudança através da educação.

O trabalhador vive na sua própria realidade e na relação com outros homens, formando o seu processo de mudança através de sua escolha pelo ato de mudar, as relações apresentam a realidade para o algo mais, e essa necessidade de mudança trata o homem como ser capaz. Por isso, a importância da alfabetização, a importância de se ter o que lê, de se ter a interação do leitor.

A interação que se estabelece entre o texto e o leitor é diferente de uma conversa, pois se encontra presente muitos aspectos da palavra a gesticulação, perguntas que dão significado à fala, com base nesse pensamento identifica-se o processo de aquisição de leitura pelo leitor, quando o mesmo coloca sua imaginação para completar o que lê, atuando sobre os esquemas cognitivos do leitor, quando o aluno lê algo, ele procura tornar aquilo que ele leu em algo claro, portanto a aquisição da leitura é pertinente na EJA, ou seja, a leitura passa a ser um processo de luta.

A EJA vem com o objetivo de ampliar as oportunidades escolares, preparando seus alunos para que obtenham condições dignas de formação, para assim atuar na sociedade, exercendo a própria cidadania.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Alexandre da Silva. **Alfabetização de jovens e adultos no contexto das desigualdades sociais e da violência estrutural brasileira: o Programa Brasil Alfabetizado no Estado do Piauí**. 2005. 130 f.. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.

ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de. **Direitos sociais, organização de interesse e cooperativismo no Brasil**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, (25):50-60, out. 1989.

ALVES, Izaías da Silva. CORTEZ, Baltazar Campos. **A educação de Jovens e Adultos em Teresina: entraves e possibilidades do sistema administrativo para uma educação de qualidade.** Campina Grande, Ed. Realize, 2012.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos editora S.A., 1981.

BRASIL. **Diretoria Geral de Estatística.** Estatística da Instrução. Primeira parte: Estatística Escolar, v.1, 4 seção, 1916 (Introdução de Oziel Bordeaux Rego).In: <http://cpdoc.fgv.br/>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 18.ed. Brasília, DF: Senado, 1988

_____. **Trabalhando com jovens e adultos.** Coordenadora-Geral de Educação de Jovens e Adultos. 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno1.pdf. Acesso em 12\jun\2017.

_____. **Mapa do Analfabetismo no Brasil.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Ministério da Educação. (2000). Disponível em www.ministerio_da_educacao.com.br. Acesso em 15\abr\2016.

_____. **LDB.** Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 25 Jun. 2015.

_____. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** Censo Demográfico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em www.ibge.com.br. Acesso em: 02\maio\2017.

BARROS, A. J. S. e LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia:** Um Guia para a Iniciação Científica. 2 Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BRASIL. **Centro de Estudos Migratórios Nordestinos.** São Paulo: CEM, 1988. (Cadernos de Migração, 2).

BRASIL. Educação de jovens e adultos é prioridade para o governo. Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 22\set.\2017.

_____. IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: www.ibge.gov.br. Acessado em: 16/09/2017.

_____. INAF – Indicador de Alfabetismo Funcional. **Estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho.** São Paulo: 2016. Disponível em: <http://acaeducativa.org.br>. Acesso em: 03\out.\2017.

CADERNOS DE EDUCAÇÃO / Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). **PNE: Mais Futuro para Educação Brasileira.** - Ano XVII, n.28, ago. 2014, Edição Especial. – Brasília. 1996.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

COLLELO, S.M.G. **A escola que (não) ensina a escrever.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CONCEIÇÃO, Martinho da. BARBOSA, Maristela Miranda. **Projeto das as letras: alfabetização de jovens e adultos.** NSA Gráfica e editora. 2005

CORRÊA, Guilherme Carlos. EJA, educação e escolarização. **X ANPED SUL**, Florianópolis, Outubro de 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/2174-0.pdf. Acesso em 10\set.\2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação e a primeira constituinte republicana.** In: FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988).** Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 69-80.

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir.** Janeiro. CORTEZ.1998.

GALLEGO, Rita de Cássia. **Tempo, temporalidades e ritmos nas escolas primárias públicas em São Paulo: heranças e negociações (1846-1890),** São Paulo, Tese: FEUSP, 2009.

FRIEDRICH, Márcia. [et al]. **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas.** Ensaio: aval. Pol. Pública. Rio de Janeiro, V.18, N° 67, p.389 – 410, abr/jun. 2010

GALVAO, A. Analfabetismo Digital: Seção e-Notícias do site Observatório da Imprensa, Edição 217, Março 2003. Disponível em [<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/eno260320031.htm>]. Acesso em 26 março de 2004.

HADDAD, Sérgio. PIERRO, Maria Clara Di. **Aprendizagem de jovens e adultos: avaliação da década da educação para todos.** SÃO PAULO EM PERSPECTIVA. 2000

LIBÂNEO, José Carlos. Educação. In: **Revista Presença Pedagógica.** Editora Dimensão. Ano 1. N° 1. Rio de Janeiro\ Fevereiro de 1995, p.76-77.

MEC. UNESCO. **Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea.** Organização: Jane Paiva, Maria Margarida Machado e Timothy Ireland. Brasília. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação. Organização das Nações Unidas para a Educação, a ciência e a cultura, 2007. p.1 – 50

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes analfabetismo funcional. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrasil.** São Paulo: Midiamix, 2001.

Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/analfabetismo-funcional/>>. Acesso em: 30 de set. 2017.

MOTA, Rosangela da Silveira. **Aprendizagem do adulto e correspondente metodologia**. Campinas. 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **Além da transição, além da imaginação**. Novos Estudos

CEBRAP, São Paulo, (12):2-15, jun. 1985.

PIAUI. **Fundação CEPRO**. Piauí em números 9.ed. Teresina: 2012.

PIAUI. APEPI. Lei n 198 – publicada aos 6 de outubro de 1845, dando providências sobre a Instrução Pública. In: **Livro de registo de leis e resoluções da assembleia da província (1843-1848)**. Oeiras, PI: TypografiaProvincial, 1848.

PINTO, A.V. **Sete lições sobre educação de adultos**. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 1994

PRADO, I.G.A. **LDB e Políticas de Correção de Fluxo Escolar**. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 71, p. 49-56, jan. 2000.

RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L. dos.; CASTELLO BRANCO, L. K. A. (Orgs.) **Análise de Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre**. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora RG, 2011, 165-180

RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e reforma no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

SILVA, V. P.; BARROS, D. D. **Método história oral de vida**. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 21, n. 1, p. 68-73, jan./abr. 2010

SILVA, Monica Ribeiro da. **Caderno de EJA**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2013, p.9-14.

SOUZA, Paulo Renato Ministro. (Prefácio) **A educação ou a utopia necessária**. DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir**. Janeiro. CORTEZ.1998.

VIEIRA, Maria Alveni Barros. **A educação escolar das crianças no Piauí (1730-1859)**. Teresina: Edufpi, 2013.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
 () Dissertação
 (X) Monografia
 () Artigo

Eu, KENSON BENÍCIO DE OLIVEIRA,
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
 gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
O (RÉ)ENCONTRO COM A ESCOLA

de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
 de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 18 de JANEIRO de 20__

Kensson Benício de Oliveira
 Assinatura

 Assinatura